

# SOLIDARIEDADE, DISCURSOS E IDEOLOGIA COMO FONTES DE PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS AFRICANAS: O CASO DE ROBERT MUGABE

## SOLIDARITY, SPEECHES AND IDEOLOGY AS SOURCES OF POWER IN THE AFRICAN INTERNATIONAL RELATIONS: THE CASE OF ROBERT MUGABE

Xaman Minillo<sup>1</sup>

### RESUMO

Quando o Ocidente passou a criticar as políticas do governo de Robert Mugabe no Zimbábue, os Estados africanos mantiveram seu apoio ao líder. Propõe-se que Mugabe garantiu a continuidade de seu regime, que passou a ser alvo de pressões e sanções ocidentais a partir de meados da década de 1990, mobilizando estrategicamente, com seu discurso, a solidariedade dos Estados africanos. O artigo apontará as posturas adotadas em defesa do líder e as narrativas propostas por seu discurso, demonstrando como solidariedade, ideologias e discursos foram utilizados estrategicamente nas relações internacionais do Zimbábue para garantir a continuidade do regime de Mugabe até os dias de hoje. Será demonstrado o papel da solidariedade nas relações internacionais africanas e que discursos, ideologia e valores podem ser utilizadas estrategicamente pelos Estados com poucos recursos materiais como uma fonte de poder em suas relações internacionais.

### PALAVRAS- CHAVE

Relações Internacionais Africanas; Zimbábue; Poder; Discurso.

### ABSTRACT

When the West began to criticize the policies of the government of Robert Mugabe in Zimbabwe, African States maintained their support for the leader. It is proposed that Mugabe ensured the continuity of his regime, which was targeted by Western sanctions and pressures from the mid-1990s on, mobilizing strategically, with his speech, the solidarity of African States. The article will point out the positions taken in defense of the leader and the narratives proposed in his speech, demonstrating how solidarity,

---

1 Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2008) e é Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2011). Atualmente é consultora em avaliação da Japan International Cooperation Agency (JICA) e membro do Grupo de Análise de Prevenção de Conflitos Internacionais (GAPCon). Email para contato: [xamankorai@gmail.com](mailto:xamankorai@gmail.com)

ideologies and speeches were used strategically in the international relations of Zimbabwe to ensure the continuity of the Mugabe regime until today. The role of solidarity in African international relations will be demonstrated, as well as how speeches, ideology and values can be used strategically by States that have few material resources as a source of power in their international relations.

## KEYWORDS

African International Relations; Zimbabwe; Power; Speech.

## Introdução

Atualmente, o Zimbábue apresenta um dos piores índices de governança do mundo, sendo sua sociedade duramente castigada por problemas econômicos, violações de liberdades civis e direitos humanos, além de perseguições politicamente motivadas. Utilizando-se de eleições fraudulentas e violência de milícias que apoiavam seu partido, a *Zimbabwe African National Union-Patriotic Front* (ZANU-PF), contra a população que apoiava a oposição, minando as instituições políticas e sociais do país, Robert Mugabe tem se mantido no poder desde a independência do Zimbábue em 1980.

A partir da segunda metade da década de 1990, o regime de Mugabe, que antes era reconhecido como um modelo de Estado pós-colonial africano, passou a ser alvo de críticas e pressões oriundas das potências ocidentais. Sob tal pressão, era esperado que um Estado pequeno como o Zimbábue capitulasse, que Robert Mugabe alterasse suas políticas, ou mesmo que ocorresse uma mudança de regime. No entanto, Mugabe manteve-se como chefe de Estado do Zimbábue e não há indícios de que ele pretenda abdicar desta posição.

Propõe-se que este Estado fraco, com pouco poder material, tem conseguido sobreviver politicamente na arena internacional e garantir a continuidade de seu regime sendo alvo de sanções e pressões de potências ocidentais graças à existência das políticas de solidariedade que existem nas relações internacionais africanas, as quais são manipuladas por Mugabe em prol de seus interesses por meio dos discursos do líder.

## A deterioração das relações entre Zimbábue e o Ocidente

Após tornar-se independente em 1980, apesar da pouca relevância nas disputas internacionais por poder e com poucas capacidades materiais, o Zimbábue conseguiu uma eficaz inserção internacional. Entretanto, nos anos 1990, principalmente a partir do ano 1997, os problemas econômicos e sociais do Zimbábue e a repressão política à qual o governo submetia a população se intensificaram e, juntamente com os efeitos negativos causados pela intervenção militar zimbabuana na RDC, passaram a ameaçar a continuidade do regime de

Mugabe e de seu partido, a Zimbabwe African National Union – Patriotic Front (ZANU-PF).

Isto ocorreu porque os problemas domésticos tornaram-se fonte de legitimidade para a oposição ao regime e ganharam relevância internacional, transformando Robert Mugabe em alvo de censuras ocidentais.<sup>2</sup> Temendo que o MDC, oposição que vinha ganhando grande apoio popular, tomasse o poder, após sua primeira derrota eleitoral no referendo constitucional de fevereiro de 2000, a ZANU-PF iniciou uma campanha política marcada por violência e intimidação da oposição, pela utilização da distribuição de terra em um programa populista embasado na sistemática invasão de fazendas de brancos, e pela promoção do discurso de história patriótica, que legitimava o governo como o herói da independência e desqualificava a oposição.

Diferentemente do que ocorrera até então, essas condições não foram ignoradas pelos parceiros ocidentais do Zimbábue, que passaram a questionar as políticas de Mugabe. Iniciava-se um novo período nas relações internacionais do Estado, no qual parceiros-chave, como Reino Unido, os Estados Unidos da América e mesmo o bloco da União Europeia passaram a conferir maior atenção aos seus problemas domésticos.

Nesse contexto, as eleições de 2000 e de 2002 no Estado tornaram-se eventos de destaque internacional. Acreditando que ambos os processos eleitorais não seriam democráticos, as potências ocidentais desejavam observar as eleições, para acompanhá-las e, se possível, reduzir a violência e a intimidação que nelas ocorriam. Ambas as eleições foram marcadas por campanhas eleitorais nas quais o governo usou a narrativa da história patriótica, a reforma agrária e violência e intimidação contra a oposição e fazendeiros brancos para mobilizar o apoio da população rural africana em seu favor. Consistentes com a posição dos Estados e organizações que enviaram as missões de observação, os relatórios dos Estados Ocidentais e da *Commonwealth* consideraram o processo ilegítimo e intensificaram as pressões sobre o regime de Mugabe.

As pressões por uma mudança de regime no Zimbábue traduziram-se na aplicação de sanções direcionadas contra membros da elite política zimbabuana por UE, EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. O Zimbábue também foi suspenso da *Commonwealth*, foi vítima de propaganda negativa e viu o fluxo de ajuda internacional, investimentos e recursos financeiros, que antes recebia, minguar, sendo tratado como um pária pelo Ocidente.

---

<sup>2</sup> As razões para a inexistência de críticas ocidentais ao regime de Mugabe antes desse momento, ainda que existissem problemas internos no Zimbábue antes disso, não serão tratadas neste artigo.

### **A manutenção do apoio africano a Mugabe**

Mesmo sendo tachado pelos Estados Unidos da América de Estado pária, em uma tentativa da potência de caracterizar as políticas de Mugabe como inadequadas às normas da sociedade internacional e torná-lo reconhecido como um transgressor, Mugabe continuou a ser considerado um herói e um símbolo da libertação do colonialismo pelos Estados africanos (GELDENHUYS, 2004. p 1-3. HARKAVY, 1981. p. 135).

Além de pressionar o Zimbábue, o Ocidente também pressionou esses Estados para que se voltassem contra Mugabe, mas isto não ocorreu. Os Estados africanos não pressionaram ou ameaçaram o líder, adotando, quando não ignoravam a crise do Zimbábue, uma política de diplomacia silenciosa procurando, por meio da atuação da África do Sul, mediar a crise, primeiramente entre o Zimbábue e o Reino Unido, e depois entre a ZANU-PF e o partido de oposição, Movement for Democratic Change (MDC), além de atribuir as causas da crise a problemas externos ao regime.

Essa postura pode ser observada na atuação em bloco de Estados do Sul, nas relações bilaterais entre China e Zimbábue e na agência dos Estados africanos manifestada nas reuniões e cúpulas de organizações como a União Africana (UA) e a South African Development Community (SADC), ou mesmo em discursos dos governos que podem ser encontrados na mídia. O apoio a Mugabe pode ser percebido no silêncio que existe nestes meios a respeito dos problemas do Zimbábue, como se estes não existissem, ou em pronunciamentos favoráveis ao líder zimbabuano, reconhecendo em fatores externos a seu governo a fonte da crise. Essas dinâmicas repetiram-se ao longo dos anos até os dias de hoje, e foram determinantes para a continuação do regime de Robert Mugabe.

Dentre os fatores que influíram nessa postura dos Estados africanos, pode-se identificar as políticas de solidariedade e o prestígio de Robert Mugabe como herói da independência, que serão descritos abaixo.

#### **a) As políticas de solidariedade africana**

Os Estados africanos não tinham motivação para criticar Mugabe com base na defesa do sistema de valores liberal democráticos. A cultura liberal-democrática – com sua ênfase em democracia e direitos humanos, legitimando os governos conforme eles satisfazem as necessidades e respeitam as liberdades e direitos humanos de seus cidadãos – era vista com desconfiança por estes Estados, cuja identidade foi, em grande medida, moldada pela luta pela independência e o fim do colonialismo e defendem os princípios de soberania, integridade territorial e não intervenção.

A imposição desses valores pelo ocidente, na forma de demandas por reformas econômicas e eleições reconhecidas como democráticas, ameaçava a

segurança dos regimes estabelecidos nos países em desenvolvimento, os quais, muitas vezes sem um Estado consolidado, governam por meio de intimidações, uso de violência e de laços patrimonialistas e se veem ameaçados pelo projeto democrático-liberal promovido pelo ocidente. Além de não poderem implementar rapidamente as reformas exigidas para a cooperação com o ocidente, eles percebem a expansão da liberal-democracia ideologicamente, como um neoimperialismo que ameaça seus regimes. Procurando manter-se independentes do Ocidente, os Estados Africanos formam alianças entre si, embasadas no passado de colonialismo, no respeito à soberania, à não interferência em assuntos domésticos e em uma ideologia contrária à ocidental.

Tradicionalmente, os Estados, unidades primárias de análise das relações internacionais, são considerados estruturas políticas independentes com autoridade e poder para governar uma população em um território definido, componentes que, muitas vezes, não são reconhecidos nos Estados africanos, caracterizados como domesticamente deficientes e externamente dependentes (DUNN, 2001. p. 50). Entretanto, esta caracterização tradicional do que constitui um Estado é mais um ideal do que um dado empírico (KRASNER, 1999. p.31). A maioria dos Estados Africanos, ao se tornarem independentes no século 20, não tinham consolidados os componentes da estatalidade. Foi devido à expansão do direito internacional e de valores como a soberania, a crescente ilegitimidade do colonialismo e a disseminação da doutrina de autodeterminação, que as colônias europeias na África e Ásia, mesmo não tendo sua estatalidade consolidada, se tornaram unidades soberanas reconhecidas como iguais pelos outros Estados (JACKSON; ROSBERG, 1986. pp. 1-3).

Apesar de dependentes do reconhecimento internacional, os Estados africanos não eram atores passivos, pelo contrário, temendo desafios à sua soberania, eles abraçaram-na como um valor central em suas políticas, defendendo também o respeito às fronteiras e aos governos estabelecidos (CLAPHAM, 1996. p. 11). Opondo-se a interferências externas e ao colonialismo, as relações internacionais africanas se desenvolveram imbuídas de uma retórica de solidariedade, enfatizando a união dos Estados africanos como unidades soberanas que partilhavam uma identidade comum, definida pela raça negra, pela luta pela independência e o fim do colonialismo. Em nome dessa identidade e do interesse comum em defender sua soberania, os líderes políticos africanos deveriam agir harmonicamente, especialmente contra políticas racistas e imperialistas, e defender sua integridade territorial e aquela de seus vizinhos, mesmo que suas estruturas internas fossem problemáticas ou não democráticas, de ingerências externas.

Não satisfeitos com a sua posição na ordem internacional, os Estados africanos, como a maioria dos Estados do Sul, adotaram uma postura revisionista, enfatizando a necessidade de justiça internacional e anti-hegemonismo (CLARK, 1993. p. 18). Eles respeitavam, no entanto, os princípios de soberania e não-interferência, que os beneficiavam, desejando alterar somente os componentes da ordem internacional que não lhes favorecessem, privilegiando a necessidade de justiça internacional sobre a justiça interna, defendendo a segurança do Estado antes da segurança humana (GELDENHUYS, 2004. p. 5).

A ênfase que os líderes políticos africanos conferem à defesa dos interesses do Estado em detrimento daqueles da população pode ser analisada sob o conceito de segurança de regime. Este conceito emerge a partir de uma visão Realista tradicional mas, diferentemente de conceitos como interesse nacional ou balança de poder, que não conseguem descrever as relações internacionais africanas, a segurança do regime permite a compreensão do comportamento dos líderes políticos africanos (CLARK, 2001. pp. 85-103). Diferentemente de Estados consolidados, como os europeus, cujas preocupações principais se voltam para questões como a guerra, os Estados africanos têm a preocupação constante com a luta pela sobrevivência da estrutura do Estado e do governo para se manter no poder. (MAHMUD, 2001. pp. 129) Governando Estados fracos, não consolidados e divididos por dissidências domésticas, os líderes africanos utilizam seu poder de governo em benefício próprio, pois a sobrevivência do regime era uma pré-condição para o desenvolvimento de outros objetivos (CLAPHAM, 1996. p. 5). Assim, ao invés de enfatizar a segurança do Estado como um todo, os governantes privilegiavam o bem-estar e a segurança de seus regimes.

A forma como se desenvolve o conceito de sobrevivência do regime é contingente, podendo ser adotadas múltiplas estratégias, pois elas variam conforme se direcionam especificamente. Mas considerando a sobrevivência do regime e o objetivo dos líderes políticos, é possível entender seu comportamento, padrões de interação e intervenção nas relações internacionais africanas, os laços estabelecidos com as grandes potências ou instituições financeiras internacionais, e mesmo estratégias da política doméstica, como o patrimonialismo estatal (CLARK, 2001. pp. 94-97). Um líder africano necessitava, para garantir a segurança de seu regime e sua continuidade no poder, da boa vontade ou tolerância daqueles que pudessem ameaçar seu controle sobre o Estado, o que incluía, domesticamente, as forças armadas e líderes de oposições nacionais e, internacionalmente, governantes de Estados vizinhos e de grandes potências.

A busca pela segurança dos regimes se traduziu, no âmbito das relações internacionais africanas, no entendimento entre os líderes africanos

de que respeitariam a integridade territorial uns dos outros e se absteriam de apoiar movimentos insurgentes que prejudicassem seus vizinhos, respeitando fronteiras e governos estabelecidos. Os valores de soberania, não intervenção e integridade territorial foram consolidados na Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963 pelos Estados Africanos interessados em garantirem a segurança de seus regimes, âmbito no qual foi desenvolvida a solidariedade entre os Estados africanos como unidades soberanas que partilhavam uma identidade comum.

Nesse contexto, os líderes políticos africanos privilegiam a soberania e a não-interferência, e a imposição de valores liberal-democráticos pelo ocidente, na forma de demandas por reformas econômicas e eleições reconhecidas como democráticas em troca da ajuda necessária aos Estados fracos, era tomada como uma ingerência, que ameaçava a segurança dos regimes instalados (WOYACH, *et al.* 1996. pp. 339-352).

Mas isso não significou a rejeição completa da democracia. Enfraquecidos, sob pressão de instituições financeiras internacionais e potências ocidentais por reformas liberal-democráticas, os Estados africanos procuraram encerrar sua marginalização e se inserir no mundo globalizado, no qual a democracia era condição imprescindível para o desenvolvimento e a manutenção de fluxos de ajuda ocidental (WONDJI, 2010. pp. 1138-1139). Enquanto, entre o ciclo de descolonização da África subsaariana e o fim da Guerra Fria, as mudanças de regime nos Estados Africanos foram feitas majoritariamente por meio de golpes militares, entre 1990 e 1995 quase toda a África subsaariana iniciou mediadas de liberalização política e democratização (JOSEPH, 1997. p. 368).

Temendo perder seus governos se resistissem às pressões externas, e perdendo com as eleições apenas o poder hegemônico, os líderes africanos se converteram à democracia como uma escolha estratégica, que podia ser controlada. A partir de 1991 diversos regimes enraizados submeteram-se a eleições sem sucumbir, e muitas transições democráticas que ocorreram foram ilusórias. Assim como já se utilizavam do patrimonialismo para garantir a continuidade de seus governos, muitos líderes autoritários passaram a manipular os processos eleitorais, obtendo a aprovação ocidental e continuando no poder. Alguns mantiveram sistemas repressivos após prometerem a liberalização, outros adotaram a democracia apenas quando as forças contestadoras podiam ser controladas por eles. Os valores liberal-democráticos foram, assim, aceitos nominalmente e promovidos em declarações da UA, mas, na prática, as relações internacionais africanas continuaram a ser norteadas por valores soberanistas e pelo privilégio dos interesses dos governos, antes daqueles da população.

### **b) A legitimidade de Mugabe e seu discurso**

É notável, nos discursos de líderes políticos africanos, grande respeito por Mugabe, retratado como um herói na luta pela independência do Zimbábue e um feroz oponente do regime de *apartheid*. Tal prestígio foi aumentado pelos discursos estratégicos que o líder fez, fazendo com que a crise zimbabuana fosse reconhecida ideologicamente, como o efeito de políticas imperialistas. Identificando-se com Mugabe, os líderes africanos não se voltaram contra ele como o Ocidente fazia.

Apesar de as políticas de Mugabe trazerem instabilidade e problemas para a África Austral e comprometerem a imagem da África no Ocidente, os líderes africanos continuaram a ver em Mugabe um símbolo da luta contra o colonialismo e do movimento não alinhado, contrário ao imperialismo, apoiando-o. O líder pôde contar com isso graças ao apoio que seu discurso obteve entre os Estados africanos. Não se afirma, aqui, que o discurso tem um poder intrínseco e qualquer discurso pode ser fonte de legitimidade. O discurso de Mugabe ganhou força por corresponder aos interesses dos Estados africanos, os quais, identificados com sua proposta, defenderam-no coletivamente e lhe conferiram força.

Para entender como um Estado fraco sobrevive politicamente na arena internacional e garante a segurança de seu regime, mesmo sendo alvo de sanções e críticas das potências, é preciso reconhecer o papel de normas e da ideologia nas relações internacionais, assim como admitir uma concepção social do poder.

Discursos não se restringem às ideias, eles desempenham o papel de referencial, construindo visões de mundo compostas por imagens, ideias, valores e normas e se traduzem em ações e práticas que tornam seu conteúdo real e estruturam a realidade que transmitem, tornando-a conhecida (DUNN, 2001). Narrativas constituem um recurso interpretativo importante para compreender as relações internacionais de Estados fracos, pois elas apresentam explicações alternativas da história e são fontes de autenticidade e autoridade, contestando e competindo com outras narrativas (ALDEN; ANSEEUW, 2009).

Defende-se aqui uma concepção de poder sensível aos interesses dos Estados, que são contingentes, influenciados por normas e ideias, pela cultura de contextos políticos específicos (WENDT, 1999). A abordagem neorrealista, definindo poder como as capacidades materiais que os atores têm e podem usar para procurar mudar o comportamento de alguém de determinada forma, perde a dimensão social do poder, como ele pode ser influenciado e mesmo constituído por fatores não materiais, como normas, ideias e narrativas que as estruturam. Analisado como um atributo social relacionado a prestígio, autoridade e legitimidade, o poder pode ser melhor compreendido, assim como os recursos que um Estado ou regime podem usar a seu favor, como ideologias e instituições para obter poder (HURRELL, 2005).

Dessa maneira é possível reconhecer que Mugabe desenvolveu uma narrativa que lhe garantiu, como líder de um Estado africano fraco, vítima da exploração colonial, grande apelo em contextos políticos específicos. No nível regional sua retórica encontrou apoio de Estados com um passado similar e suscitou identificação e solidariedade africanas, provocando uma resposta ideologicamente motivada destes Estados na forma de uma agenda anti-imperialista.

Com seus discursos, Mugabe desafiou a cultura liberal-democrática que, promovida pelo ocidente, é a predominante na comunidade internacional. A narrativa que ele propunha, ideologicamente sedutora para os Estados do Sul, foi abraçada por estes, que voltaram-se contra as políticas ocidentais que o ameaçavam e legitimaram sua autoridade. A crise do Zimbábue tornou-se, a partir dos discursos do líder, parte do conflito do Sul contra a dominação imperialista do Norte.

O discurso de Mugabe compete com outros na sociedade internacional, na qual não há normas consensuais, pois mesmo os discursos dominantes, aqueles propostos pelos atores mais poderosos, são apropriados ou não pelos Estados periféricos conforme seus interesses, como ilustra a adoção nominal de valores liberal-democráticos pela África após o final da Guerra Fria. Os Estados com poucas capacidades materiais não são vítimas da sociedade internacional, eles defendem-se e ativamente desenvolvem agendas próprias, relacionadas à satisfação de seus interesses.

Por serem materialmente fracos, os Estados africanos abdicaram de estratégias realistas tradicionais como o equilíbrio de poder e, procurando garantir a sobrevivência de seus regimes, reduziram a competição e os conflitos entre si e passaram a promover como um grupo solidário normas e instituições embasadas na identidade comum africana e na soberania dos Estados estabelecidos, defendendo a não intervenção e a integridade territorial, valores consolidados nos princípios da Organização da Unidade Africana (CLARK, 2001).

Para compreender esta pluralidade de dinâmicas que pululam no ambiente internacional, torna-se necessário reconhecer que, além de se relacionar em termos de força e interesses, os Estados reconhecem forças morais e se vinculam a outros em relações marcadas por reciprocidade. Reconhecendo constrangimentos materiais e normativos no comportamento dos Estados, é possível ver nas relações internacionais não somente como um meio onde a atuação é feita com base no pensamento de “*self help*”, sendo possíveis comportamentos diversos, que variam dependendo dos papéis com os quais os Estados se identificam e identificam uns aos outros, pois o poder e os interesses são constituídos por ideias e são “produto de interpretação, de subjetividade” (WENDT, 1987. WELDES,

1996.). As interações podem ser pacíficas e cooperativas, moldadas por normas e valores compartilhados, pois as motivações que inspiram os atores se alteram dependendo das situações.

Reconhecendo a diversidade de dinâmicas que podem caracterizar as interações internacionais, é possível identificar nos discursos de Mugabe os componentes principais que, interligados em uma narrativa da libertação, suscitaram a solidariedade africana, estruturando uma estratégia de sobrevivência que garantiu a continuidade de seu regime.

O primeiro elemento desenvolvido pelo líder foi a questão da distribuição da terra, um tema sensível no Zimbábue e na maior parte dos Estados africanos, pois o domínio colonial incluiu a apropriação da terra pelos colonos em detrimento da população nativa. Mugabe destacou a reforma agrária como uma prioridade em seus discursos, enfatizando a urgência da questão e a responsabilidade do Reino Unido, antiga potência colonial pela distribuição desigual da terra. Ao mesmo tempo em que a reforma agrária praticamente parou em 1998, a questão foi inflada na retórica do governo (THE INSIDER. 1998). Nas eleições de 2000 e 2002, a campanha eleitoral da ZANU-PF retomou a questão em seu slogan “*Land is the Economy, the Economy is the Land*” e o governo passou a apoiar invasões de fazendas de brancos, transformando a distribuição da terra em uma medida populista para garantir apoio da população rural. Ligava-se a campanha eleitoral do governo à narrativa de libertação, pois a terra fora perdida pela população africana durante o regime colonial (ALDEN; ANSEEUW, 2009).

Os Estados da África Austral, nos quais a distribuição desigual das terras também é uma fonte de instabilidade social e econômica, os regimes instalados, temendo que uma postura contrária à reforma agrária rápida no Zimbábue poderia ser mal recebida por suas próprias populações, apoiaram Mugabe, reiteraram suas alegações de que os problemas do Zimbábue estavam relacionados à questão da terra, censuraram as críticas ocidentais como uma tentativa de isolar e vilificar o Zimbábue e reclamaram do Reino Unido o prometido financiamento da reforma agrária. Os esforços de Mugabe para redistribuir a terra foram aplaudidos e a crise foi reconhecida como um resquício do domínio colonial, pois a terra “*has always been at the core of the political, economic and social struggle in Zimbabwe*” (ALDEN; ANSEEUW, 2009).

O segundo elemento estratégico dos discursos de Mugabe foi a oposição às políticas imperialistas do Ocidente. A independência dos Estados africanos ocorreu em uma onda anti-imperialista, sendo este sentimento parte importante da solidariedade existente entre o terceiro mundo contra tentativas de dominação. Mugabe reafirmava a legitimidade da ZANU-PF como um movimento de libertação reacendendo mágoas contra o colonialismo e o Reino Unido que,

como se não bastasse ter explorado o território durante o regime colonial, agora intervinha em suas políticas. O líder respondia às pressões e críticas às quais era sujeito reafirmando a soberania do Zimbábue e acusando intervenções em seus assuntos domésticos (TAYLOR; WILLIAMS, 2002).

Mugabe denunciava os valores liberal-democráticos como um *bogus universalism*, isto é, um falso universalismo, marcado por intervencionismo e padrões duplos das potências ocidentais. As ações ocidentais, que demandavam a reestruturação dos sistemas políticos e econômicos dos Estados em desenvolvimento como condições para a continuação da ajuda, eram reconhecidas como uma forma de dominação, pois reduziam a liberdade de ação dos governos, enfraqueciam a soberania e ameaçavam sua segurança. (ZUNES, 2008) Sensibilizados por esse discurso e procurando enfatizar sua oposição a interferências, os Estados africanos legitimaram as problemáticas eleições do Zimbábue. Quando se procurava impedir Mugabe de comparecer a eventos internacionais com base nas sanções, a reação era, nas palavras de Nkosazana Dlamani-Zuma, Ministra das Relações Exteriores da África do Sul, “*We as Africans are ready to go. The question is, are they ready to receive us? There is no Africa that can exist without Zimbabwe. Africa is indivisible*” (PHIMISTER; RAFTOPOULOS, 2002). O discurso anti-imperialista era complementado pela solidariedade entre os Estados africanos.

As sanções direcionadas contra o regime, impostas apenas por Estados ocidentais, eram denunciadas por Mugabe como “*a brutal and cynical campaign to cow its political opponents into submission*”, uma tentativa de recolonizar a África e o Zimbábue (ZIMBABWE INDEPENDENT, 2005). Caracterizadas como algo monstruoso, que “*hurt not only ordinary Zimbabweans but also have profound social and economic implications on the region as a whole.*” (SADC TODAY, 2003), elas simbolizavam a luta do Ocidente contra Mugabe, e sua importância era exagerada (BOMBA; MINTER, 2010).

A terceira característica dos discursos inflamados de Mugabe era a atribuição dos problemas do Zimbábue a uma coalizão de inimigos composta pelos governos ocidentais, o MDC e fazendeiros brancos. Ele também destacava que a ZANU-PF vencera o colonialismo e, portanto, a ela deveria se direcionar a lealdade da população, pois outros governos poderiam resultar em um retorno à era colonial. Em oposição ao caráter heroico e patriótico identificado na ZANU-PF, o MDC era caracterizado como uma marionete do Reino Unido, composto por traidores sem história que desejavam uma mudança de regime e procuravam desestabilizar o Estado. O argumento de Mugabe contra seus críticos era fortalecido pelo fato do MDC ser apoiado pelos fazendeiros brancos e pelo ocidente (BRATTON; CHIKWANA; SITHOIE, 2005. NDLOVU-GATSHENI, 2003. KRIGER, 2006).

Com base na aliança entre MDC e Ocidente e seu desejo de derrubar o governo, Mugabe rejeitava negociar com o MDC, afirmando “*We cannot discuss with allies of the West. [...] we have no idea of supping with the devil.*” (SOKWANELE, 2004) Demonizando a oposição e o ocidente, Mugabe transformava as eleições em uma continuação da luta armada pela independência, justificando isto com os laços existentes entre o MDC e o Reino Unido (RANGER, 2002).

A oposição era deslegitimada como inimiga da independência, e questões como direitos humanos e civis, estado de direito e democracia tornavam-se marginais, sendo legitimada a violência contra a oposição como parte do comprometimento do governo de garantir a independência e impedir a recolonização do Zimbábue. (SOKWANELE, 2002). Esse discurso sensibilizou os líderes africanos que ignoraram a violência direcionada contra a oposição nas campanhas eleitorais da ZANU-PF, a subversão do sistema eleitoral com táticas de controle da mídia, fraude, intimidação da oposição e incitamento de ódio racial, além do não cumprimento de promessas e acordos que o regime de Mugabe orquestrava (MACLEAN, 2002).

O quarto elemento constante nos discursos de Mugabe é a desconsideração do estado de direito se este estiver em contradição com as políticas de seu regime. “*Forget what the constitution says [...] If it does not indicate we can take the land then it will be changed and people will just have to take the land*”. (ZIMBABWE INDEPENDENT. 1997). Enfatizando a desigualdade entre africanos e brancos, Mugabe caracterizava estes como cidadãos ilegítimos e sem direitos e a aquisição compulsória de terras, que era ilegal, era salientada como uma tentativa de fazer justiça, sendo que o “*judiciary has no right to give instructions to the President on any matter*” (ZIMBABWE INDEPENDENT. 1997).

Essas justificativas, juntamente com a valorização da soberania pelos Estados do Sul inviabilizaram críticas e pressões, por parte deles, ao regime, e permitiram a continuação do regime de Mugabe, sustentado por violência, fraude, muita propaganda, e políticas ilegais, e mesmo imorais. A ZANU-PF pode reprimir a oposição, violar direitos humanos, direitos de propriedade de fazendeiros brancos e ao Estado de direito no Zimbábue sob o pretexto de estabelecer justiça com relação a resquícios do colonialismo (ALDEN C.; ANSEEUW, W. 2009. KRIGER. N. 2006. Ranger, T. 2004).

### **O tratamento da crise pelos Estados africanos**

Contrastando com as políticas ocidentais, as políticas africanas para solucionar a crise eram feitas diplomaticamente e silenciosamente, enfatizando a necessidade do respeito à soberania do Zimbábue, era apoiada uma solução doméstica para a crise, sem interferências externas. O tratamento duro que

o Ocidente conferiu a Mugabe e sua clara intenção de substituir seu regime, apoiando o MDC, aproximou ainda mais os líderes políticos africanos da ZANU-PF, pois nenhum deles, especialmente a África do Sul, desejava ser visto como uma marionete das potências, e todos temiam que políticas similares fossem direcionadas contra seus regimes.

Com motivações e interesses diferentes dos ocidentais, esses Estados não viam razões para criticar o regime de Mugabe quando sua crise se internacionalizou, a partir de 1997, defendendo a solução doméstica dos problemas do Estado. Defendendo valores importantes para a segurança de seus próprios regimes e defendendo valores democráticos apenas quando era do seu interesse, os Estados africanos continuaram a ver em Mugabe um símbolo da luta contra o colonialismo e do movimento não alinhado, contrário ao imperialismo.

Apesar de as políticas de Mugabe trazerem instabilidade e problemas para a África Austral e comprometerem a imagem da África no Ocidente, os líderes africanos apoiaram Mugabe e sua retórica antiocidental, censurando a política ocidental de críticas públicas e sanções e enfatizando a necessidade do respeito à soberania do Zimbábue, apoiando uma solução doméstica para a crise, sem interferências externas. Contrastando com as políticas ocidentais, as políticas africanas para solucionar a crise eram feitas diplomaticamente e silenciosamente. O tratamento duro que o Ocidente conferiu a Mugabe e sua clara intenção de substituir seu regime, apoiando o MDC, aproximou ainda mais os líderes políticos do Sul da ZANU-PF, pois nenhum deles, especialmente a África do Sul, desejava ser visto como uma marionete das potências, e todos temiam que políticas similares fossem direcionadas contra seus regimes.

A manipulação do tema da distribuição da terra, um problema real na África Austral, também inibiu críticas ao regime, pois os Estados vizinhos viram a crise, em um primeiro momento, como resultado da distribuição desigual de terras, a qual era fruto do domínio colonial. Assim, a realização de uma reforma agrária financiada pelo Reino Unido parecia ser a solução, e tal negociação entre Reino Unido e Zimbábue foi buscada pelos Estados africanos e a UA e a SADC entre 1997 e 2001.

A intensificação da crise zimbabuana e a crescente violência e opressão que eram direcionadas à oposição, demonstrou que a questão da terra estava sendo utilizada instrumentalmente por Mugabe para se manter no poder. Percebendo isso, os Estados do Sul passaram a procurar mediar negociações entre Mugabe e o MDC por meio da diplomacia silenciosa de Mbeki. Ainda assim, a crise era tratada como um problema doméstico, que deveria ser resolvido sem interferência externa, resultando em uma recusa ativa dos Estados africanos e do Sul em pressionar Mugabe e criticá-lo publicamente.

As poucas menções públicas à crise, quando ocorriam, eram feitas com o cuidado de não ferir a soberania do Zimbábue, aceitando a versão do governo sobre as origens da crise e desestimulando ingerências externas. Para os Estados da África Austral, a mediação diplomática da crise se mostrava a medida mais razoável que poderia ser adotada, pois era improvável que Mugabe cedesse a pressões externas. Também era interessante uma solução negociada entre o governo e a oposição, pois um fim súbito do regime de Mugabe poderia gerar a falência do Estado, trazendo terríveis consequências para a região.

Assim, mesmo depois da aparente intensificação das pressões regionais para uma solução da crise a partir de 2007, que resultou no estabelecimento de um governo inclusivo em 2009, a crise ainda era reconhecida como uma questão doméstica e Mugabe não foi duramente pressionado, sendo caracterizado como uma vítima do imperialismo ocidental. As sanções aplicadas contra seu regime eram criticadas e a crise se estende até os dias de hoje, permitindo a continuação do regime de Mugabe e prolongando o sofrimento da população zimbabuana.

### **Conclusões**

O apoio dos Estados africanos foi um fator determinante para Mugabe continuar no poder sob pressão ocidental. Essa relutância em pressionar o líder não pode ser tomada como natural ou como uma escolha sem grandes implicações, pois os Estados vizinhos, que agem dessa forma, são constantemente ameaçados pela espiral negativa de instabilidade, corrupção, fraudes eleitorais, violência, abuso de direitos humanos, desestruturação do sistema de direito e da economia nacional que têm marcado o Zimbábue.

O prestígio de Mugabe e sua retórica anti-imperialista, associados à cultura de solidariedade que permeia as relações internacionais africanas, fizeram com que a crise zimbabuana fosse reconhecida pelos líderes políticos africanos ideologicamente, como o efeito de políticas imperialistas. Isso impediu que eles se voltassem contra o líder como o Ocidente fazia e pressionava-os para o fazerem.

O discurso do líder, interessante para Estados fracos, é aceito e promovido por eles, que se sentem ameaçados pelo discurso ocidental que promove a liberal-democracia. Com esse apoio, o discurso de Mugabe ganha legitimidade e o líder conta com um grupo solidário, que o defende, impedindo que as pressões ocidentais tornem-se insuportáveis. Por sua vez, unidos em um bloco ideologicamente coeso em torno do discurso de Mugabe, os Estados africanos também são fortalecidos, pois contam com um arcabouço ideológico anti-imperialista que os legitima e que, defendido por um grande grupo, tem grande relevância dentre os valores que permeiam a política internacional.

A sobrevivência do regime de Mugabe sob pressão ocidental demonstra a importância de ideologias para as relações internacionais, pois elas geram solidariedade entre os Estados fracos e antagonismo entre eles e os Estados do Norte. As potências também se utilizam de ideologias para promover seus interesses, mas é ressaltado seu valor na agência de Estados fracos como o Zimbábue, pois recursos de poder simbólicos e discursivos são especialmente importantes para Estados com poucas capacidades materiais.

A compreensão das condições que permitem a continuidade da crise zimbabuana oferece uma explicação que pode ser generalizável para casos em que a força das potências não explica os acontecimentos internacionais e a chave da questão está no uso positivo do poder social. Trazendo para o centro da análise a perspectiva dos Estados fracos, abre-se o caminho para o reconhecimento do papel de discursos e ideologias nas relações internacionais e na constante luta pela sobrevivência dos Estados fracos. A realidade social emerge a partir das narrativas que desenvolvem, as quais, mesmo sendo fatores intangíveis, produzem efeitos concretos, mobilizando políticas de solidariedade e reciprocidade que geram poder e legitimidade para os governos estabelecidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEN C.; ANSEEUW, W. **Land, Liberation and Compromise in Southern Africa**. Palgrave Macmillan. 2009.

BOMBA, B.; MINTER, W. **Zimbabwe: Demystifying sanctions and strengthening solidarity**, *Pambazuka News*, 15/04/2010, Edição 477.

BRATTON, M.; CHIKWANA, A.; SITHOIE, T. **Propaganda and Public Opinion in Zimbabwe**, *Journuif of Contemporary African Studies*. 23.1. Jan. 2005. pp. 77-108.

CLAPHAM, C. **Africa and the International System: The Politics of State Survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CLARK, Ian. **The Hierarchy of States: Reform and Resistance in the International Order**, Cambridge University Press, Cambridge. 1993.

CLARK, John F. "Realism, Neo-Realism and Africa's International Relations in the Post Cold War Era" In: DUNN, Kevin C.; SHAW, T. M. (Eds.). **Africa's challenge to International Relations Theory**. New York: Palgrave Macmillan, 2001. Cap 6. pp. 85-103.

DUNN, Kevin C. **Madlib #32: The (Blank) African State: Rethinking the Sovereign State in International Relations**. In: DUNN, Kevin C.; SHAW, T. M. (Eds.). *Op. cit.* 2001. Cap 4. pp. 46-63.

GELDENHUYS, D. **Deviant Conduct in World Politics**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan. 2004.

HARKAVY, Robert E. **Pariah States and Nuclear Proliferation**. *International Organization* Vol. 35, No. 1. 1981.

HURRELL, A. **Power, Institutions and the Production of Inequality**, in BARNETT, M. N.; DUVALL, R. *Power in global governance*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

JACKSON, Robert H.; ROSBERG, Carl G. **Sovereignty and Underdevelopment: Juridical Statehood in the African Crisis** *J. of Modern African Studies*, Vol 24, No 1, 1986, pp 1-31.

JOSEPH, Richard. **Democratization in Africa after 1989: Comparative and Theoretical Perspectives**. *Comparative Politics*, Vol. 29, No. 3. 1997. pp. 363-382.

KRASNER, Stephen D. **Sovereignty: Organized Hypocrisy**. Princeton, Princeton University Press. 1999.

KRIGER, N. **From Patriotic Memories to 'Patriotic History' in Zimbabwe, 1990-2005**, *Third World Quarterly*, Vol. 27, No. 6. 2006. pp 1151-1169.

LAAKSO, L. **The Politics of International Election Observation: The Case of Zimbabwe in 2000**. *Journal of Modern African Studies*, Vol. 40, No. 3. 2002.

MACLEAN, Sandra J. **Mugabe at war: the political economy of conflict in Zimbabwe**, *Third World Quarterly*, Vol 23, No 3. 2002.

MAHMUD, Sakah. **Controlling African States' Behavior: International Relations Theory and International Sanctions against Libya and Nigeria**. In: DUNN, Kevin C.; SHAW, T. M. (Eds.). *Op.cit.* 2001. cap 9. pp. 129-145.

NDLOVU-GATSHENI, S. J., **Dynamics of the Zimbabwe Crisis in the 21st Century**. *African Journal on Conflict Resolution*, Vol. 1, 2003, pp. 99-134.

PHIMISTER, Ian; RAFTOPOULOS, Brian. **Mugabe, Mbeki & the politics of antiimperialism**, *Review of African Political Economy*, Vol. 31, No.101. 2002.

RANGER, T. **Nationalist historiography, patriotic history and the history of the nation: the struggle over the past in Zimbabwe**, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 30 No. 2, 2004, pp 215 – 234.

\_\_\_\_\_. **The Zimbabwe Elections: A personal experience**. *Transformations* 19/3, julho 2002. SADC Today, Vol. 6 No. 4, outubro de 2003.

TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul. **The Limits of Engagement: British Foreign Policy and the Crisis in Zimbabwe**. *International Affairs*, Vol. 78, No. 3. 2002. pp. 547-565. The Insider, "Can The Land Conference Provide A Lasting Solution?"; 18/06/1998.

WELDES, J. **Constructing National Interests**. *European Journal of International Relations*. Vol. 2, No.3.1996.

WENDT, A. **Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics**, *International Organization*, Vol 46. 1987.

\_\_\_\_\_. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.

WONDJI, C. **Posfacio: cronologia da atualidade africana nos anos 1990** in MAZRUI, Ali A., WONDJI, C.[Eds]. *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO. 2010. pp. 1133-1135.

WOYACH, Robert *et al.* **International Relations Theory and the New World Order.** *Mershon International Studies Review*, Vol. 40, No. 2 (Oct., 1996), pp. 339-352. Zimbabwe Independent, “Who will Mugabe blame next?”, 04/06/1999.

ZUNES, S. **African Dictatorships and Double Standards,** *Foreign Policy in Focus*, 01/01/2008.

Recebido em Maio de 2012  
Aprovado em Junho de 2012